



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 1856/2023/ASPAR/MS

Brasília, 24 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Luciano Bivar

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 2563/2023

Assunto: Informações acerca das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 420/2023, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, referente ao **Requerimento de Informação nº 2563/2023**, de autoria do Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM, por meio do qual são requisitadas informações acerca das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (0037311133); da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (0037474476); e da Secretaria de Saúde Indígena (0037248054).
2. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
3. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

NÍSIA TRINDADE LIMA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivo=2371649>

Ofício 1856 (0037497629) SEI 23000.163596/2023-83 / pg. 1

2371649

Ministra de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde**, em 06/12/2023, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0037497829** e o código CRC **C0BE055A**.

Referência: Processo nº 25000.163596/2023-83

SEI nº 0037497829

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoId=2371649>



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Gabinete
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos da Saúde Indígena

DESPACHO

SESAI/COEX/SESAI/GAB/SESAI/MS

Brasília, 13 de novembro de 2023.

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS),

Assunto: Requerimento de Informação nº 2563/2023, de autoria do Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM.

1. Reporto-me ao Despacho ASPAR (0037035194), que encaminha o Requerimento de Informação nº 2563-2023 (0037014319), de autoria do Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM, por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações acerca das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.
2. Solicita análise e emissão das informações de forma objetiva, respondendo individualmente os itens de a-f, conforme disciplinado no Ofício Circular nº 5/2023/ASPAR/MS (0033555430), nos termos a seguir:
 - a) Diante das informações apresentadas, e considerando que a missão do Ministério da Saúde é garantir o bem-estar da população em todas as circunstâncias, incluindo momentos de crises ambientais como as queimadas, quais são as medidas imediatas que o Ministério da Saúde planeja adotar para mitigar os efeitos das queimadas na saúde da população do Amazonas?
 - b) Há um planejamento do Ministério para mobilizar recursos e equipes de saúde para atender às necessidades das comunidades afetadas?
 - c) Como o Ministério da Saúde pretende coordenar esforços interinstitucionais para enfrentar a crise causada pelas queimadas, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, a fim de garantir uma resposta eficaz à situação?
 - d) Quais medidas estão sendo tomadas para conter o impacto das queimadas na qualidade do ar, que foi classificada como "péssima" em algumas áreas, inclusive na capital do estado do Amazonas?
 - e) Além disso, como o governo Federal planeja proteger a saúde da população afetada pela poluição do ar, e quais iniciativas estão sendo consideradas para minimizar os impactos à saúde da população devido à fumaça tóxica das queimadas, especialmente em áreas urbanas? E quais estratégias estão sendo adotadas para proteger grupos mais vulneráveis, como idosos, crianças e a população em geral?
 - f) Considerando a necessidade, o Ministério da Saúde possui uma estratégia de comunicação de alerta à população sobre os riscos da fumaça tóxica e as medidas de proteção, incluindo a distribuição de máscaras para uso da população, como medida importante?



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>

Despacho COEX/SESAI 0037248054

SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 3

2371649

3. Esclarece ainda que" a proposição legislativa em questão está prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, a saber:

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em **crime de responsabilidade** a recusa, ou o não - atendimento, no **prazo de trinta dias**, bem como a prestação de informações falsas.

Cabe enfatizar que, conforme expresso pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, a ausência de envio dos subsídios requeridos importa em crime de responsabilidade, devendo a área promover os esforços necessários para o cumprimento do prazo determinado.

4. Os autos foram encaminhados ao Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena (DAPSI/SESAI), para conhecimento e manifestação, que em devolutiva informa o que segue:

a) Diante das informações apresentadas, e considerando que a missão do Ministério da Saúde é garantir o bem-estar da população em todas as circunstâncias, incluindo momentos de crises ambientais como as queimadas, quais são as medidas imediatas que o Ministério da Saúde planeja adotar para mitigar os efeitos das queimadas na saúde da população do Amazonas?

Por meio da Portaria GAB/SESAI Nº 106, de 26 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 30/10/2023, foi estabelecida a criação do Comitê de Resposta aos Eventos Extremos na Saúde Indígena, com a missão de lidar com eventos climáticos e meteorológicos que possam afetar a saúde das populações indígenas, para além disso, este Comitê esta compondo in loco o Gabinete de Crise do Amazonas, o referido Gabinete tem atuado junto à Defesa Civil do Estado, Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas e demais organismos do Estado. No ultimo boletim do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas, foi informado nos últimos 7 dias, o efetivo vem atuando diretamente na contenção dos focos no AM. Esta prevista também a distribuição de inaladores com capacidade para 4 entradas.

b) Há um planejamento do Ministério para mobilizar recursos e equipes de saúde para atender às necessidades das comunidades afetadas?

Este Comitê tem trabalhado junto as equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, para viabilizar a entrada e saída das equipes de saúde, aumento das horas voo, aumento dos combustíveis, garantia dos estoques de medicamentos e insumos.

c) Como o Ministério da Saúde pretende coordenar esforços interinstitucionais para enfrentar a crise causada pelas queimadas, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, a fim de garantir uma resposta eficaz à situação?

O Comitê de Resposta aos Eventos Extremos na Saúde Indígena, compõe o Grupo de Trabalho Indígena do Gabinete de Crise do Estado do AM, que tem sua SEDE instalada em Manaus e conta com a participação da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS), Fundação Nacional dos Povos Indígenas de Brasília (FUNAI), Coordenação Regional da FUNAI (CRManaus), Associação dos Povos Indígenas de Manaus (AAPIAM), Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (FEPIAM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Distrito Sanitário Especial Indígena de Manaus e Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro.

d) Quais medidas estão sendo tomadas para conter o impacto das queimadas na qualidade do ar, que foi classificada como "péssima" em algumas áreas, inclusive na capital do estado do Amazonas?

Estamos reforçando a necessidade de uso da mascara N95 e estão sendo distribuídos nos Polos Bases de Manaus Nebulizadores com capacidade de 4 saídas.



e) Além disso, como o governo Federal planeja proteger a saúde da população afetada pela poluição do ar, e quais iniciativas estão sendo consideradas para minimizar os impactos à saúde da população devido à fumaça tóxica das queimadas, especialmente em áreas urbanas? E quais estratégias estão sendo adotadas para proteger grupos mais vulneráveis, como idosos, crianças e a população em geral?

Estamos reforçando a necessidade de uso da máscara N95 e estão sendo distribuídos nos Polos Bases de Manaus Nebulizadores com capacidade de 4 saídas.

f) Considerando a necessidade, o Ministério da Saúde possui uma estratégia de comunicação de alerta à população sobre os riscos da fumaça tóxica e as medidas de proteção, incluindo a distribuição de máscaras para uso da população, como medida importante?

Esta sendo estudada a possibilidade de distribuição de mais máscaras e folhetos explicativos.

5. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS), com os esclarecimentos apresentados pelo Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena (DAPSI/SESAI), em atenção ao contido no Requerimento de Informação nº 2563-2023 (0037014319), de autoria do Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM, para resposta ao parlamentar.

6. Sendo o que havia de informar, colocamos à disposição.

WEIBE TAPEBA
Secretário de Saúde Indígena



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Weibe Nascimento Costa, Secretário(a) de Saúde Indígena**, em 14/11/2023, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0037248054** e o código CRC **974B23E5**.

Referência: Processo nº 25000.163596/2023-83

SEI nº 0037248054



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>

Despacho COEX/SESAI 0037248054

SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 5

2371649



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Coordenação-Geral de Demandas de Órgãos Externos da Atenção Primária

DESPACHO

SAPS/CGOEX/SAPS/MS

Brasília, 16 de novembro de 2023.

Assunto: **Análise do Requerimento de Informação nº 2563/2023.**

Trata-se do **Requerimento de Informação nº 2563/2023**, de autoria do Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM, por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações **acerca das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas**, encaminhado a esta Secretaria por meio do Despacho ASPAR/GM/MS (0037035194).

Nessa esteira, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde, no âmbito das suas competências segundo disposto no Decreto nº 11.358, de 01 de janeiro de 2023, apresenta o compilado com as respostas dos questionamentos do Departamento de Saúde da Família e Comunidade - DESCO:

a) Diante das informações apresentadas, e considerando que a missão do Ministério da Saúde é garantir o bem-estar da população em todas as circunstâncias, incluindo momentos de crises ambientais como as queimadas, quais são as medidas imediatas que o Ministério da Saúde planeja adotar para mitigar os efeitos das queimadas na saúde da população do Amazonas?

Em decorrência da situação vivenciada no estado do Amazonas, ao que compete a CGAEP, o apoio institucional tem sido realizado diretamente com a gestão da APS do estado, com o intuito de identificar quais são as necessidades da APS apresentadas pelos municípios, mas até o momento não houve demanda específica para a execução de apoio a esta questão. Entretanto, as discussões sobre a organização dos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) dos municípios tem sido pautada nos diálogos com o estado. Por fim, cabe destacar que diante dos decretos de calamidade e/ou emergência em função da intensa estiagem no estado do Amazonas, o Ministério da Saúde realizou várias ações, tais como:

- Fornecimento de kits de calamidade, com capacidade de atender 10,5 mil pessoas por até um mês;
- Fornecimento de 71,5 mil unidades de medicamentos para intubação orotraqueal (IOT);
- Apoio Técnico operacional para apoiar na gestão da emergência e na vigilância da água e ar;
- Repasse de recursos financeiros federais.

Notícia disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/conheca-detalhes-da-acao-do-governo-federal-para-enfrentar-a-estiagem-e-os-incendios-no-amazonas>

b) Há um planejamento do Ministério para mobilizar recursos e equipes de saúde para atender às necessidades das comunidades afetadas?



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/CodArquivoTeor=2371649>

A Secretaria de Atenção Primária (SAPS), através da Portaria GM/MS nº 1.572, de 16 de outubro de 2023, estabeleceu a transferência de recursos financeiros do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Primária, em parcela única, aos Municípios do Estado do Amazonas em situação de emergência decorrente do desastre classificado como estiagem, em virtude do severo período de vazante dos rios no ano em curso, reconhecidos como situação de emergência declarada no Decreto Estadual nº 48.167, de 29 de setembro de 2023. O montante repassado, até o momento, foi de R\$ 8.090.000,00 (oito milhões e noventa mil reais).

c) Como o Ministério da Saúde pretende coordenar esforços interinstitucionais para enfrentar a crise causada pelas queimadas, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, a fim de garantir uma resposta eficaz à situação?

O Ministério da Saúde atua em situações de emergências em saúde pública através de normativas, as quais retrata a corresponsabilidade dos entes federativos. Nestes casos, a coordenação pela resposta, no âmbito federal, é realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA). Os Planos de Contingências¹, por exemplo, são documentos importantes a serem elaborados pelos territórios a fim de planejar situações conjecturais de emergência e servem como balizador de um Plano de Ação, mediante as realidades e sazonalidades de seus respectivos territórios. A SAPS reforça e sensibiliza os gestores da Atenção Primária à Saúde (APS) para que o planejamento ocorra de forma conjunta com a Vigilância em Saúde e Ambiente, conforme preconizado na Política Nacional de Atenção Básica². O Departamento de emergência em Saúde Pública (DEMSP), da SVSA, está indicado neste processo para contribuições complementares.

d) Quais medidas estão sendo tomadas para conter o impacto das queimadas na qualidade do ar, que foi classificada como "péssima" em algumas áreas, inclusive na capital do estado do Amazonas?

É de competência da Vigilância em Saúde Ambiental e Qualidade do Ar (Vigiar), da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), no que tange questões afetas a ações de vigilância para populações expostas a poluentes atmosféricos, no intuito de constituir medidas de prevenção, de promoção da saúde e de atenção integral. O Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST) está indicado neste processo para contribuições complementares.

e) Além disso, como o governo Federal planeja proteger a saúde da população afetada pela poluição do ar, e quais iniciativas estão sendo consideradas para minimizar os impactos à saúde da população devido à fumaça tóxica das queimadas, especialmente em áreas urbanas? E quais estratégias estão sendo adotadas para proteger grupos mais vulneráveis, como idosos, crianças e a população em geral?

O Ministério da Saúde, através da SAPS, tem somado esforços junto aos municípios executores das políticas para ampliar a capacidade de respostas às situações de emergência, somado ao financiamento já propostos pela pasta. Ainda, através do apoio institucional, o DESCO tem fortalecido as relações da micropolítica nos territórios, com diálogo constante com gestores que atuam na APS, ressaltando a necessidade do trabalho da APS sob a lógica de risco, a integração com a vigilância e ampliação do acesso aos serviços da APS, incluindo busca ativa para a realização oportuna do diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas com agravos relacionados ao aparelho respiratório, em especial, aos de maior vulnerabilidade.

f) Considerando a necessidade, o Ministério da Saúde possui uma estratégia de comunicação de alerta à população sobre os riscos da fumaça tóxica e as medidas de proteção, incluindo a distribuição de máscaras para uso da população, como medida importante?

Ao que tange às ações da CGAEP, o diálogo com a gestão da APS do estado do Amazonas tem ocorrido com frequência, inclusive sobre a disponibilidade do apoio institucional mediante a situação de emergência vivenciada pela forte estiagem. As demandas de comunicação sobre o risco da exposição e inalação aos eventos de queimadas e incêndio florestais tem sido mencionada junto aos gestores, não havendo uma ação direta e específica realizada por esta



coordenação. Entretanto, no dia 13 de outubro de 2023, foi divulgado no site do Ministério da Saúde, na íntegra:

"O Ministério da Saúde recomenda uma série de medidas para a população do Amazonas, que enfrenta um período de seca severa nas últimas semanas. As orientações foram apresentadas nesta sexta-feira (13) pelo diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde, Márcio Garcia, em entrevista coletiva em Brasília (DF).

As principais recomendações para a população amazonense e de outras cidades da região Norte do país que tiveram o céu coberto por fumaça são:

- * Evitar ficar próximo ao local de queimadas;
- * Lavagem das mãos e do rosto;
- * Fechar portas e janelas de casa e do ambiente de trabalho para que a fumaça não entre;
- * Manter os ambientes umidificados e ventilados (com umidificadores e ventiladores)
- * Aumentar a ingestão de água para hidratação;
- * Evitar exposição em locais abertos, se possível;
- * Uso de máscara ao ar livre; e
- * Evitar atividades físicas / esportivas ao ar livre".

Notícia disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/conheca-detalhes-da-acao-do-governo-federal-para-enfrentar-a-estiagem-e-os-incendios-no-amazonas>>

A distribuição de máscaras é de responsabilidade da gestão local, salvo em condições que extrapolem a capacidade de resposta da direção estadual o Sistema Único de Saúde³.

Por fim, cabe ressaltar que o DESCO, por meio da CGAEP, vem trabalhando na promoção e indução de estratégias de organização das ações de Atenção Primária à Saúde (APS), fortalecendo a lógica do apoio institucional, que tem, por princípio, reforçar a horizontalidade das relações políticas e cooperar com a qualificação dos processos e práticas da gestão da APS, incluindo a lógica de trabalho em rede, a fim de buscar maior robustez à organização do Sistema Único de Saúde através de uma APS resolutiva.

Referências:

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Seca e Estiagem / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. Disponível em <

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_emergencia_seca_estiagem.pdf...

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_emergencia_seca_estiagem.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Resposta a emergências. Plano de Contingência. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/planos-de-contingencia>>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

3. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. PORTARIA Nº 2.952, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011. Regulamenta, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS). Diário Oficial. Brasília, 2011. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2952_14_12_2011.html>. Acesso em 14 de novembro de 2023.

Ante o exposto, restitua-se a **ASPAR/GM/MS**, para ciência e adoção das providências que entender pertinentes.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/ArquivoTeor=2371649-Despacho%20CELEX/SAP%2003731193-CELEX25000.163596/2023-83/pg.8>

NÉSIO FERNANDES
Secretário de Atenção Primária à Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Nésio Fernandes de Medeiros Junior, Secretário(a) de Atenção Primária à Saúde**, em 16/11/2023, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0037311133** e o código CRC **30981289**.

Referência: Processo nº 25000.163596/2023-83

SEI nº 0037311133



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Coordenação de Demandas de Órgãos Externos de Vigilância em Saúde

DESPACHO

SVSA/COEX/SVSA/MS

Brasília, 23 de novembro de 2023.

À Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR/MS),

Assunto: Medidas de urgência para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

NUP Nº 25000.163596/2023-83

1. Trata-se do Despacho ASPAR (0037035194), que encaminha o Requerimento de Informação nº 2563/2023 (0037014319), por meio do qual o Deputado Federal Amom Mandel (Cidadania/AM) requer informações desta Pasta a respeito das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

2. A demanda aportou nesta Secretaria e foi redirecionada às áreas técnicas que manifestaram-se conforme a seguir:

Departamento de Emergências em Saúde Pública (DEMSP/SVSA)

O DEMSP/SVSA exarou o Despacho CGEMSP (0037325668) informando conforme a seguir:

"2. No que diz respeito às atribuições desta Coordenação-Geral de Vigilância das Emergências em Saúde Pública, do Departamento de Emergências em Saúde Pública, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, do Ministério da Saúde - CGEMSP/DEMSP/SVSA/MS, informamos que foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Envio de 06 técnicos para apoio junto ao estado na gestão da emergência, permanecendo em campo durante um período de 34 dias, nas atividades de análise dos dados, construção de instrumentos de diagnóstico situacional e apoio na gestão do Centro de Operações de Emergência local, localizado na Fundação de Vigilância em saúde do estado do Amazonas;*
- Acompanhamento semanal do evento no Comitê de Monitoramento de Eventos;*
- Elaboração de Nota Técnica sobre ondas de calor (0036244500)."*



Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>

Despacho COEX/SVSA 003747440 - SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 10

2371649

(DSAST/SVSA)

Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador -
Despacho CGSAT (0037315104) informa:

"2. No que se refere às atribuições da CGSAT, informa-se que foram desenvolvidas as seguintes ações:

2.1. Apoio institucional
ao **Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest)**

Amazonas. Esclarece-se que os Cerest são serviços de referência, responsáveis por ações de vigilância, promoção e educação em Saúde do Trabalhador. Cabe ainda aos Cerest realizar o matriciamento de ações de Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção à Saúde (RAS). Dentre as ações desenvolvidas pelos Cerest junto à RAS, está a de sensibilizar as equipes de assistência à saúde para reconhecimento do vínculo com trabalho de acidentes, doenças e agravos nos territórios.

2.2. Dentre as ações informativas e educativas, o Cerest Amazonas também elaborou materiais informativos sobre as queimadas, estiagem dos rios e mudanças climáticas, dentre eles a Nota Informativa nº 023/DIPRE/FVS-RCP (0037458908) com o objetivo de Orientar os Gestores municipais e autoridades da área de saúde para a intensificação da vigilância em saúde durante a estiagem dos rios no estado do Amazonas, incluindo ações relativas à saúde do trabalhador.

2.3. Além disso, elaborou-se episódio de Podcast sobre mudanças climáticas e atuação da Vigilância em Saúde no Amazonas, destrinchando as atividades e ações da vigilância como elaboração/atualização de Plano de ação para enfrentamento à situação emergencial.

2.4. A CGSAT participa e colabora no Grupo de Trabalho Ação de Saúde Amazônia (ASA), instituído no âmbito do Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS Nº 707, DE 7 DE JUNHO DE 2023¹, com a finalidade de articular o Plano de Saúde da Amazônia Legal (PSAL) com o Plano Nacional de Saúde (PNS) e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

2.5. Elaboração do documento "Diretrizes de Vigilância em Saúde do Trabalhador: Brigadista Florestal", com a colaboração de diversas entidades relacionados com o tema como Prevfogo/Ibama (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), Cerest, academia e brigadistas. As diretrizes foram discutidas em uma oficina e o documento encontra-se fase de revisão.

2.6. Articulação com a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat), do Ministério Público do Trabalho Regional do Amazonas para fortalecimento das ações dos Cerest no território.

3. Por fim, cabe ressaltar que as ações da CGSAT estão diretamente ligadas ao fortalecimento e apoio contínuo ao Cerest Amazonas, que é um dos principais atores do território no campo da saúde do trabalhador. Devido à situação emergencial decorrente dos efeitos da fumaça oriunda das queimadas e incêndios florestais para a saúde da população e, considerando as competências da CGSAT e do Cerest, as ações têm sido direcionadas, principalmente, às necessárias medidas de prevenção e ao combate dos efeitos nocivos das mudanças climáticas na saúde dos trabalhadores da região.

4. A CGSAT segue à disposição para mais esclarecimentos, caso necessário, pelo e-mail cgsat@saude.gov.br ou pelos telefones (61) 3315-3485/3315-3678."

Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental
(CGVAM/DSAST/SVSA)- Nota Técnica Nº 77/2023-CGVAM/DSAST/SVSA/MS
'466450) informa:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>

Despacho CGSAT/MS 0037458908

SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 11

2371649

a CGVAM, junto com outros departamentos do Ministério da Saúde, encaminhou profissionais ao estado do Amazonas para apoiar os técnicos da vigilância em saúde ambiental e qualidade do ar (Vigiar) e da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua).

Em apoio ao Centro de Operações de Emergência em Saúde (Coe) coordenado pelo Estado do Amazonas, um assessor técnico da CGVAM auxiliou com fornecimento de uma série de informações para redução de danos decorrentes da situação, orientando estado e município para que se preparassem para um aumento significativo de ocorrência de doenças respiratórias e cardiovasculares, que poderiam ocasionar aumento de internações e mortes por infarto agudo do miocárdio e acidentes vasculares.

Nesse sentido, importante frisar que toda a população está em risco de alguma forma, mas, sem dúvida, crianças e idosos são os grupos mais vulneráveis.

A CGVAM também participou das discussões junto ao setor ambiental para instalação de uma rede de monitoramento da qualidade do ar na região norte do país. Como setor saúde, contribuiu para que as novas estações de monitoramento sejam instaladas em áreas estratégicas para a saúde da população.

Informa-se, também, que desde o ano de 2021 a CGVAM tem investido na capacitação e organização do setor de vigilância em saúde ambiental e qualidade do ar dos estados e municípios da região norte, com o objetivo de preparar as equipes para atuação articulada quando em situações de queimadas e incêndios florestais.

Em 2022 foram disponibilizados impressos para o estado do Amazonas, com cópias a serem distribuídas para os municípios, reforçando a necessidade de se desenvolver o conteúdo do material junto ao território;

3. Tendo em vista que os Despachos das áreas técnicas traz elementos capazes de responder ao solicitado, este Gabinete ratifica as informações prestadas e restitui a presente demanda a essa Assessoria para conhecimento e providências que julgar pertinentes.

4. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

ETHEL MACIEL

Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ethel Leonor Noia Maciel**, **Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 24/11/2023, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0037474476** e o código CRC **EA4EFE83**.



Assinatura: Processo nº 25000.163596/2023-83

SEI nº 0037474476

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>

Despacho COEX/SVSA 0037474476 - SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 12

2371649



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental

NOTA TÉCNICA Nº 77/2023-CGVAM/DSAST/SVSA/MS

Análise de demanda sobre medidas de urgência para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de demanda referente a medidas de urgência para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

2. ANÁLISE

2.1. Trata-se do Despacho DSAST/SVSA (0037230644) e do e-mail COEX/SVSA (0037226720) que encaminham o Despacho ASPAR (0037035194), referente ao Requerimento de Informação nº 2563/2023 (0037014319), por meio do qual o Deputado Federal Amom Mandel (Cidadania/AM) requer informações a respeito das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

2.2. No que diz respeito às atribuições desta Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, do Ministério da Saúde - CGVAM/DSAST/SVSA/MS, informa-se que:

2.2.1. No Brasil, a competência para controle de fontes de poluição ambiental, como a queima de biomassa, é do setor ambiental. Ao setor saúde cabe apenas orientar sobre os impactos decorrentes da exposição em decorrência das queimadas, visando proteger a saúde da população.

2.2.2. Destaca-se que é necessário um efetivo controle das fontes de emissão para mitigar a exposição e proteger a saúde da população, já que esse tipo de poluição se dispersa na atmosfera, não ficando restrita apenas às áreas próximas do foco de calor.

2.2.3. Diante da situação de crise, a CGVAM, junto com outros departamentos do Ministério da Saúde, encaminhou profissionais ao estado do Amazonas para apoiar os técnicos da vigilância em saúde ambiental e qualidade do ar (Vigiar) e da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua).

2.2.4. Em apoio ao Centro de Operações de Emergência em Saúde (Coe) coordenado pelo Estado do Amazonas, um assessor técnico da CGVAM auxiliou com fornecimento de uma série de informações para redução de danos decorrentes da situação, orientando estado e município para que se preparassem para um aumento significativo de ocorrência de doenças respiratórias e cardiovasculares, que poderiam ocasionar aumento de internações e mortes por infarto agudo do miocárdio e acidentes vasculares.

2.2.5. Nesse sentido, importante frisar que toda a população está em risco de alguma forma, mas, sem dúvida, crianças e idosos são os grupos mais vulneráveis.

2.2.6. A CGVAM também participou das discussões junto ao setor ambiental para instalação de uma rede de monitoramento da qualidade do ar na região norte do país. Como setor saúde, contribuiu para que as novas estações de monitoramento sejam instaladas em áreas estratégicas para a saúde da população.

2.2.7. Informa-se, também, que desde o ano de 2021 a CGVAM tem investido na capacitação e organização do setor de vigilância em saúde ambiental e qualidade do ar dos estados e municípios da região norte, com o objetivo de preparar as equipes para atuação articulada quando em situações de queimadas e incêndios florestais.

2.2.8. Em 2022 foram disponibilizados impressos para o estado do Amazonas, com cópias a serem distribuídas para os municípios, reforçando a necessidade de se desenvolver o conteúdo do material junto ao território, das seguintes publicações:



Queimadas e Incêndios Florestais - atuação da Vigilância em Saúde

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ConsultaArquivoTeor=2371649>

Nota Técnica 77 (0037486430)

SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 13

Ambiental", disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/queimadas_incendios_florestais_atuacao_vigilancia_ambiental.pdf, que orienta a atuação da vigilância em saúde ambiental nessas situações;

- b. "Queimadas e Incêndios Florestais: Alerta de Risco Sanitário e Recomendações para a População", disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/queimadas_incendios_florestais_alerta_risco.pdf, que traz recomendações para a população exposta a queimadas e incêndios florestais, sendo considerado um importante instrumento de orientação à população.

2.2.9. O Ministério da Saúde, desde o ano de 2022, tem trabalhado na elaboração de "planos de ação para enfrentamento do setor saúde na estação de queimadas", documento que vem sendo atualizado e acompanhado semanalmente por esta Coordenação junto ao estado, por meio das Reuniões de Monitoramento Queimadas e Saúde.

3. CONCLUSÃO

3.1. Diante do exposto, o que tange à sua competência institucional, a Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental tem trabalhando efetivamente para proporcionar saúde para a população.

3.2. Nesse sentido, essa equipe técnica se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do e-mail cgvam@saude.gov.br, e do telefone (61) 3315-2069.

VICTORIA SANT'ANA
Consultora Técnica

De acordo,
ELIANE IGNOTTI
Coordenadora-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental

Aprovo.
AGNES SOARES DA SILVA
Diretora
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Soares da Silva, Diretor(a) do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador**, em 23/11/2023, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Ignotti, Coordenador(a)-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental**, em 23/11/2023, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victoria Sant'ana, Consultor(a)**, em 04/12/2023, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0037466450** e o código CRC **87B68FB9**.

Referência: Processo nº 25000.163596/2023-83

SEI nº 0037466450

Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde Ambiental - CGVAM
SRTV 702, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70723-040
Site - saude.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ConsultaArquivoTeor=2371649>

Nota Técnica 77 (0037466450)

SEI 25000.163596/2023-83 / pg. 14

2371649



NOTA INFORMATIVA Nº 023/DIPRE/FVS-RCP		ASSUNTO: ALERTA SOBRE ESTIAGEM DOS RIOS – PREPARAÇÃO E RESPOSTA – 2ª ATUALIZAÇÃO
Data: 01/11/2023	OBJETIVO: Orientar os Gestores municipais e autoridades da área de saúde para a intensificação da vigilância em saúde durante a estiagem dos rios no estado do Amazonas, incluindo ações relativas à saúde do trabalhador.	
Local: Amazonas		

1. Considerando que as estiagens figuram entre os desastres naturais que mais danos ocasionam à saúde pública, em função dos impactos no abastecimento de água para consumo humano e das queimadas e incêndios florestais, podendo ocorrer aumento de doenças e agravos listados no Anexo;

2. Considerando que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem responsabilidades na preparação, vigilância e resposta para situações de desastres, nos aspectos relativos aos impactos diretos à saúde pública;

3. Considerando que a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas “Dra. Rosemay Costa Pinto” (FVS/RCP) tem a atribuição de orientar os gestores municipais no monitoramento de alterações de fatores ambientais que interfiram na saúde humana, a fim de propor medidas de preparação, vigilância e resposta às emergências – Estiagem 2023;

4. Considerando que esse fenômeno na região acontece na forma de estiagem climatológica (redução de chuvas) associada com a estiagem hidrológica (vazante), momento em que se torna necessário a cada município, a desenvoltura de ações para o enfrentamento dos danos decorrentes dessas condições;

5. Considerando a emissão diária do boletim hidrológico pela Defesa Civil Estadual, disponível em: <https://x.gd/Waalt>, em que algumas atividades devem ser realizadas de imediato pela Secretaria Municipal de Saúde, a saber:

5.1 - Orientar a população, utilizando os meios de comunicação disponíveis e mais adequados, divulgando os cuidados a serem tomados nos dias em que o ar esteja mais afetado por fumaça, com especial atenção aos grupos vulneráveis:

5.1.1 - Aumento da ingestão de água para hidratação;

5.1.2 - Evitar exposição em locais abertos, se possível;

5.1.3 - Uso de máscara ao ar livre; e,

5.1.4 - Evitar atividades físicas / esportivas ao ar livre.

5.2 - Notificar e monitorar a ocorrência de doenças e agravos descritos no anexo;

5.3 - Orientar a população para o uso de fontes seguras de água para consumo humano;

5.4 - Identificar situações de uso de água não tratada e reforçar a importância do tratamento domiciliar, por meio de filtração e desinfecção com solução de hipoclorito de sódio a 2,5% ou filtração e fervura (por no mínimo 5 minutos) – Orientações detalhadas contidas na cartilha qualidade da água para consumo humano do Ministério da Saúde disponível em: <https://x.gd/TATRd> ;



NOTA INFORMATIVA Nº 023/DIPRE/FVS-RCP		ASSUNTO: ALERTA SOBRE ESTIAGEM DOS RIOS – PREPARAÇÃO E RESPOSTA – 2ª ATUALIZAÇÃO
Data: 01/11/2023	OBJETIVO: Orientar os Gestores municipais e autoridades da área de saúde para a intensificação da vigilância em saúde durante a estiagem dos rios no estado do Amazonas, incluindo ações relativas à saúde do trabalhador.	
Local: Amazonas		

5.5 - Intensificar as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano (Vigiagua), visando a prevenção de doenças de veiculação hídrica, com especial atenção a:

5.5.1 - Identificar as formas de abastecimento de água emergenciais que estão sendo utilizadas e verificar a existência de tratamento;

5.5.2 - Quando identificados resultados fora do padrão, orientar a população e buscar soluções para garantir a qualidade da água;

5.5.3 - Avaliar evolução dos casos de DDA do território, com atenção a situações de exposição à água não potável;

5.5.4 - Comunicar à assistência sobre a tendência de aumento pela procura dos serviços de saúde por agravos e doenças de transmissão hídrica;

5.5.5 - Intensificar as atividades de Educação em Saúde, visando a prevenção de doenças e agravos; e,

5.5.6 - Alimentar devidamente os sistemas de informação.

5.6 - Realizar a notificação de forma semanal das doenças e agravos respiratórios, gastroenterites, oftalmológicas, parasitoses intestinais e dermatites por meio do formulário RedCap, em função da grande importância dessas informações para a atuação da vigilância em saúde <https://redcap.fvs.am.gov.br/surveys/?s=ATEDRYWNY4WY44YX>;

5.7 - Considerando as ações relativas à saúde do trabalhador devem ser adotadas as seguintes providências:

5.7.1 - Identificar, investigar e notificar potenciais casos de doenças e agravos relacionados ao trabalho;

5.7.2 - Identificar os riscos à saúde presentes no ambiente de trabalho; e,

5.7.3 - Identificar os grupos ocupacionais expostos a maior risco.

5.8 - As seguintes ações e cuidados devem ser adotadas por gestores municipais, serviços de saúde, trabalhadores e empregadores:

5.8.1 - Realizar análise da situação de saúde local e regional, considerando o período de ocorrência da estiagem, o levantamento e a análise do perfil epidemiológico da população trabalhadora, e a identificação das necessidades;

5.8.2 - Desenvolver ações de capacitação e treinamento das equipes de saúde tanto da vigilância quanto da assistência para atenção à saúde dos trabalhadores e seus agravos;

5.8.3 - Recomendar que serviços a céu aberto ou ao ar livre, sejam realizados de preferência em turnos com menor incidência solar, sem prejuízo da jornada de trabalho, na impossibilidade inserir pausas intrajornadas;

5.8.4 - Usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) do tipo: vestimentas leves; com braços, antebraços e pernas cobertos por tecidos adequados à temperatura elevada



NOTA INFORMATIVA Nº 023/DIPRE/FVS-RCP		ASSUNTO: ALERTA SOBRE ESTIAGEM DOS RIOS – PREPARAÇÃO E RESPOSTA – 2ª ATUALIZAÇÃO
Data: 01/11/2023	OBJETIVO: Orientar os Gestores municipais e autoridades da área de saúde para a intensificação da vigilância em saúde durante a estiagem dos rios no estado do Amazonas, incluindo ações relativas à saúde do trabalhador.	
Local: Amazonas		

e com proteção aos raios ultravioletas. Usar filtro solar, chapéu com abas e proteção respiratória;

5.8.5 - Aumentar a ingestão de água potável/ fervida/ filtrada;

5.8.6 - Adotar alimentação leve, sem excesso de gorduras;

5.8.7 - Diminuir/cessar o tabagismo;

5.8.8 - Trabalhadores portadores de doenças cardiorrespiratórias, evitar exposição a calor e a poeira, caso possível indicar remanejamento para atividades em ambiente interno, protegido do sol e calor;

5.8.9 - Trabalhadores com sintomas na saúde mental e comportamental em decorrência de implicações financeiras e/ou familiares advindas das condições de estiagem, devem recorrer a serviço especializado para atendimento psicossocial;

5.8.10 - Buscar atendimento médico em caso de sintomas como náuseas, disparo no coração, tonteira e sensação de desmaio, especialmente trabalhadores em altura, espaço confinado e a céu aberto.

5.9 - Em caso de acidentes de trabalho com relação direta ou indireta às condições de estiagem, o serviço de saúde público ou privado deve obrigatoriamente proceder a notificação compulsória, por meio da ficha de notificação do SINAN e/ou Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), se for o caso.

5.9.1 – Vale ressaltar que são trabalhadores homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado; e,

5.9.2 - Para fins desta Nota Informativa, são acidentes de trabalho aqueles que envolvem trabalhadores acidentados ou mortos em: desabamentos/ desmoronamentos e outros relativos ao solo seco; colisões de veículos aquáticos e/ou naufrágios ocasionados por banco de areia; atividades diretas de combate a incêndio

6. Dúvidas, contatar com o Comitê de Vigilância em Saúde para Desastres – CVSD, para suporte ou informações adicionais sobre a elaboração de plano de contingência e outros por intermédio do fone: (92) 3182-8546 / (92) 99624-6407 e/ou e-mail: cvsd.fvs@gmail.com e Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador e-mail: cerestam.visat@gmail.com.

TATYANA COSTA AMORIM RAMOS,
Diretora-Presidente da FVS-RCP.



NOTA INFORMATIVA Nº 023/DIPRE/FVS-RCP		ASSUNTO: ALERTA SOBRE ESTIAGEM DOS RIOS – PREPARAÇÃO E RESPOSTA – 2ª ATUALIZAÇÃO
Data: 01/11/2023	OBJETIVO: Orientar os Gestores municipais e autoridades da área de saúde para a intensificação da vigilância em saúde durante a estiagem dos rios no estado do Amazonas, incluindo ações relativas à saúde do trabalhador.	
Local: Amazonas		

Anexo
Doenças e Agravos relacionados ao período de estiagem

Comprometimento de sistemas e serviços	Determinantes da saúde	Efeitos sobre a saúde humana
Quantidade e qualidade da água superficial e subterrânea	<p>Implicação nas atividades de produção de alimentos (principalmente pesca e na agricultura de subsistência) e na água para consumo humano.</p> <p>Comprometimento da qualidade dos serviços de saúde, relacionados às condições para os procedimentos sanitários para assistência e a higiene de equipamentos e instrumentos.</p> <p>Dano e interrupção dos sistemas de distribuição de água, limpeza urbana e de esgotamento sanitário.</p> <p>Risco de interrupção da assistência de saúde, podendo piorar ainda mais as condições de saúde da população afetada. Interrupção de energia elétrica, impactando o uso de equipamentos médicos e a refrigeração de medicamentos e vacinas.</p>	<p>Doenças gastrointestinais agudas.</p> <p>Doenças de transmissão hídrica e alimenar.</p> <p>Doenças transmitidas por vetores e zoonoses.</p> <p>Desidratação com risco de agudização de doenças de base/crônicas.</p> <p>Doenças infecciosas e parasitárias.</p> <p>Parasitoses (verminoses).</p> <p>Riscos à saúde mental</p>
Qualidade e Quantidade dos alimentos	<p>Escassez de alimentos, podendo ocasionar problemas nutricionais, especialmente nos casos de secas prolongadas.</p> <p>Contaminação de alimentos com água não potável.</p>	<p>Desnutrição aguda e suas complicações (como baixo desenvolvimento físico e intelectual, além de anemia) e deficiência no sistema imunológico.</p> <p>Doenças infecciosas de transmissão hídrica e alimentar (DDA, cólera, hepatites A e E). Gastroenterites. Parasitoses (verminoses).</p>

4



NOTA INFORMATIVA Nº 023/DIPRE/FVS-RCP		ASSUNTO: ALERTA SOBRE ESTIAGEM DOS RIOS – PREPARAÇÃO E RESPOSTA – 2ª ATUALIZAÇÃO
Data: 01/11/2023	OBJETIVO: Orientar os Gestores municipais e autoridades da área de saúde para a intensificação da vigilância em saúde durante a estiagem dos rios no estado do Amazonas, incluindo ações relativas à saúde do trabalhador.	
Local: Amazonas		

Qualidade do ar	O ar pode ser comprometido devido à baixa umidade atmosférica, além do calor, poeira e fumaças decorrentes de queimadas e incêndios florestais.	Doenças respiratórias (rinite alérgica e asma). Infecção respiratória aguda (bronquite, sinusite e pneumonia). Doenças infecciosas fúngicas (micoses). Reações alérgicas. Infarto agudo do miocárdio Acidentes vasculares
Saneamento e higiene	A falta de acesso à água compromete as condições de saneamento e de higiene, podendo prejudicar as medidas para redução ou controle de doenças	Irritação e doenças infecciosas de pele (dermatites). Doenças parasitárias (verminoses). Doenças infecciosas (gripe, conjuntivite e tracoma). Doenças infecciosas alimentares (hepatite A). Doenças e agravos de saúde bucal
Fator econômico / financeiro	Perdas econômicas e de bens materiais. Migração populacional em busca de fontes alternativas de água, alimentos, moradia e emprego. Deslocamento do cônjuge para áreas mais distantes em busca de emprego ou nova renda para suprir as necessidades da família.	Transtornos psicológicos (como ansiedade, estresse e depressão) e mudanças comportamentais (como agressividade e suicídio, podendo gerar problemas secundários, a exemplo de violência física).

5

TATYANA COSTA AMORIM RAMOS,
Diretora-Presidente da FVS-RCP.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 420

Brasília, 31 de outubro de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
NÍSIA TRINDADE
Ministra de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Ministra,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 2.447/2023	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 2.451/2023	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 2.454/2023	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 2.455/2023	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 2.460/2023	Deputado Sóstenes Cavalcante
Requerimento de Informação nº 2.461/2023	Deputada Daniela Reinehr
Requerimento de Informação nº 2.462/2023	Deputado Filipe Martins
Requerimento de Informação nº 2.463/2023	Deputado Bibó Nunes
Requerimento de Informação nº 2.464/2023	Deputada Julia Zanatta
Requerimento de Informação nº 2.469/2023	Deputada Adriana Ventura e outros
Requerimento de Informação nº 2.481/2023	Deputada Flávia Moraes
Requerimento de Informação nº 2.482/2023	Deputado Dr. Zacharias Calil
Requerimento de Informação nº 2.484/2023	Deputado Jefferson Campos
Requerimento de Informação nº 2.492/2023	Deputado Augusto Puppio
Requerimento de Informação nº 2.516/2023	Deputado Messias Donato
Requerimento de Informação nº 2.517/2023	Deputada Clarissa Tércio e outros
Requerimento de Informação nº 2.522/2023	Deputada Dra. Alessandra Haber
Requerimento de Informação nº 2.525/2023	Deputado Julio Lopes
Requerimento de Informação nº 2.526/2023	Deputada Chris Tonietto

- **NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.**

/DFO



Documento assinado por: Dep. LUCIANO BIVAR
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
ID digital de segurança: 2023-JYSW-LOTF-TKZO-IOEA

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 420 (6037035219)

CEL25000.163596/2023-83 / pg. 20

2371649



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 420

Brasília, 31 de outubro de 2023.

Requerimento de Informação nº 2.536/2023	Deputado Dr. Allan Garcês
Requerimento de Informação nº 2.537/2023	Deputada Adriana Ventura
Requerimento de Informação nº 2.541/2023	Deputado Roberto Monteiro Pai
Requerimento de Informação nº 2.544/2023	Deputada Delegada Ione
Requerimento de Informação nº 2.545/2023	Deputada Delegada Ione
Requerimento de Informação nº 2.557/2023	Deputado Chico Alencar
Requerimento de Informação nº 2.558/2023	Deputado Isnaldo Bulhões Jr.
Requerimento de Informação nº 2.563/2023	Deputado Amom Mandel
Requerimento de Informação nº 2.573/2023	Deputado Dr. Zacharias Calil
Requerimento de Informação nº 2.574/2023	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 2.579/2023	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Requerimento de Informação nº 2.585/2023	Deputada Laura Carneiro
Requerimento de Informação nº 2.594/2023	Deputado Gustavo Gayer

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Documento assinado por: Dep. LUCIANO BIVAR
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Código de segurança: 2023-JYSW-LOTF-TKZO-IOEA
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2371649>



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023.

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Saúde, acerca das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, acerca das medidas de urgência necessárias para amenizar e conter os impactos causados na saúde da população devido às queimadas no estado do Amazonas.. Neste contexto, solicito:

- a) Diante das informações apresentadas, e considerando que a missão do Ministério da Saúde é garantir o bem-estar da população em todas as circunstâncias, incluindo momentos de crises ambientais como as queimadas, quais são as medidas imediatas que o Ministério da Saúde planeja adotar para mitigar os efeitos das queimadas na saúde da população do Amazonas?
- b) Há um planejamento do Ministério para mobilizar recursos e equipes de saúde para atender às necessidades das comunidades afetadas?
- c) Como o Ministério da Saúde pretende coordenar esforços



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/10/2023 12:26:12.280 - MESA

RIC n.2563/2023

interinstitucionais para enfrentar a crise causada pelas queimadas, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, a fim de garantir uma resposta eficaz à situação?

- d) Quais medidas estão sendo tomadas para conter o impacto das queimadas na qualidade do ar, que foi classificada como "péssima" em algumas áreas, inclusive na capital do estado do Amazonas?
- e) Além disso, como o governo Federal planeja proteger a saúde da população afetada pela poluição do ar, e quais iniciativas estão sendo consideradas para minimizar os impactos à saúde da população devido à fumaça tóxica das queimadas, especialmente em áreas urbanas? E quais estratégias estão sendo adotadas para proteger grupos mais vulneráveis, como idosos, crianças e a população em geral?
- f) Considerando a necessidade, o Ministério da Saúde possui uma estratégia de comunicação de alerta à população sobre os riscos da fumaça tóxica e as medidas de proteção, incluindo a distribuição de máscaras para uso da população, como medida importante?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Amazonas, um dos tesouros naturais do Brasil e do planeta, encontra-se em meio a uma crise ambiental de proporções alarmantes. De acordo com os dados alarmantes fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e

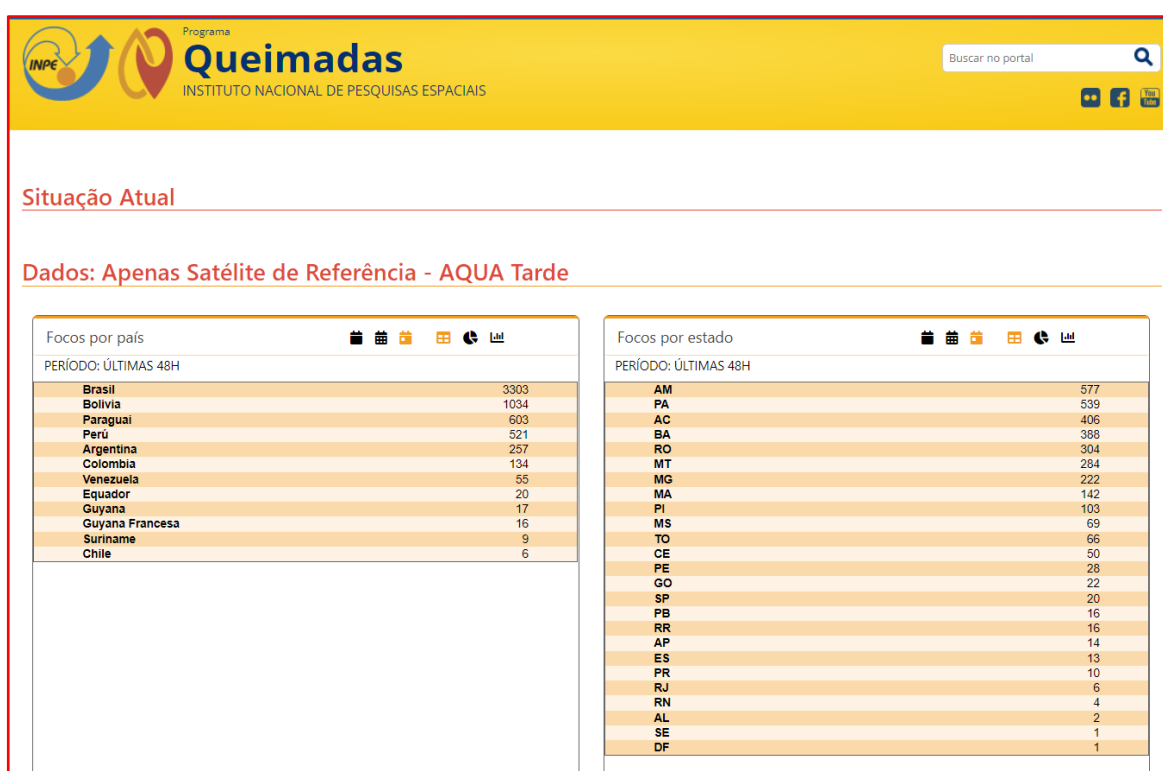


CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/10/2023 12:26:12.280 - MESA

RIC n.2563/2023

atualizados hoje, o Estado do Amazonas tem mantido a posição de liderança no ranking do Programa Queimadas por mais de 20 dias consecutivos. Até o dia 19 de setembro, o Amazonas já havia registrado um total de 5.186 focos de incêndio. Esse número representa um aumento de 72,6% em relação à média histórica para o mês, que é



de 3.003 focos.

Fonte: INPE

Dados das últimas 48 horas indicam que o Brasil lidera o ranking de queimadas entre os países, com o Amazonas assumindo a liderança entre os estados.

O mês de setembro sempre foi crítico na Amazônia, devido ao chamado "verão amazônico," caracterizado por altas temperaturas e pouca chuva. Este ano, no



237487763100*
* C D 2 3 7 4 8 7 7 6 3 1 0 0 *

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/10/2023 12:26:12.280 - MESA

RIC n.2563/2023

entanto, a situação se agravou devido ao fenômeno climático El Niño, que reduziu ainda mais a formação de nuvens de chuva na região. Esse cenário culminou em um aumento significativo nas queimadas, afetando não apenas o Estado do Amazonas, mas também o bioma Amazônia como um todo, onde foram registrados até agora 17.852 focos. O dado parcial de setembro já superou o total acumulado de agosto, que foi de 17.373 focos.

Focos por bioma	
PERÍODO: ÚLTIMAS 48H	
Amazônia	2061
Cerrado	475
Caatinga	397
Mata Atlântica	287
Pantanal	83

A Amazônia já registrou, nas últimas 48 horas, mais de 2 mil focos de incêndio, conforme os dados do INPE.

Os impactos dessas queimadas vão além da destruição da vegetação. A fumaça resultante desses incêndios tóxicos tem invadido áreas urbanas, afetando a qualidade do ar e colocando em risco a saúde de milhares de pessoas. Segundo o Corpo de Bombeiros no Amazonas, foram atendidas 1.193 ocorrências de incêndio, sendo 473 delas em Manaus, no período entre 12 de julho e 17 de setembro. Em resposta a essa situação crítica, municípios como Careiro Castanho e Tefé declararam situação de emergência, reconhecendo a gravidade da crise ambiental.

A situação climática também tem contribuído para agravar a crise, já que a região não recebe chuvas significativas desde fevereiro, tornando o mês de setembro um período de tempo seco e muito calor, propício para a propagação das queimadas. A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/10/2023 12:26:12.280 - MESA

RIC n.2563/2023

previsão meteorológica não é otimista, sugerindo que o Amazonas continuará em um período de seca, com chuvas abaixo da média, o que manterá o ambiente quente e seco.

O governo do Amazonas declarou situação de emergência ambiental em diversas regiões do estado devido ao calor intenso e às queimadas. Dez municípios já estão em estado de emergência, outros 17 estão em alerta e 25 estão em atenção, mostrando a escala do problema.

Diante desse cenário crítico, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) lançou o Sistema Eletrônico de Vigilância Ambiental (Selva) para monitorar em tempo real as queimadas e a qualidade do ar no estado. No entanto, os resultados são alarmantes, **com níveis de qualidade do ar classificados como "péssimos"**, especialmente nas zonas Sul, Centro-Sul e Oeste de Manaus, onde moradores têm enfrentado o mal cheiro da fumaça diariamente.



Fumaça encobre Manaus nesta quinta-feira, 28 de setembro de 2023 — Foto: William Duarte/Rede Amazônica

Mais uma vez, na manhã do dia 28 de setembro, assim como nos dias anteriores, a capital amazonense amanheceu coberta por fumaça decorrente dos incêndios. Essas queimadas têm prejudicado gravemente a biodiversidade, contribuindo para as mudanças climáticas e, o que é ainda mais alarmante, têm gerado uma fumaça tóxica que afeta a saúde de milhares de pessoas.

A fumaça resultante de incêndios florestais representa um sério risco para a saúde da população, com efeitos que abrangem uma ampla gama de problemas respiratórios e de saúde em geral. Entre os sintomas mais comuns causados pela interação com o material particulado da fumaça estão a ardência na garganta e narinas, dor ao respirar, dor de cabeça e tosse persistente. Os efeitos podem ser ainda mais devastadores para pacientes que já contam com alguma comorbidade, como hipertensão, asma ou doença pulmonar obstrutiva crônica, levando até a internações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/10/2023 12:26:12.280 - MESA

RIC n.2563/2023

Os grupos mais vulneráveis à poluição causada pelas queimadas na Amazônia são os idosos e as crianças. No entanto, o material particulado pode continuar a afetar o corpo humano por muitos anos. A exposição crônica a essas partículas pode aumentar o risco de desenvolvimento de câncer de pulmão, doenças hematológicas, hipertensão e Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC).

Um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre o impacto das queimadas para a saúde infantil em aproximadamente 100 municípios da Amazônia Legal, publicado em 2019, mostrou que o número de internações de crianças devido a problemas relacionados à exposição a fumaça dobra na região amazônica durante o período em que ocorrem as queimadas criminosas, o que acarretou num custo extra de R\$ 1,5 milhão ao Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a pesquisa, viver em uma cidade próxima aos focos de incêndio aumenta em 36% o risco de internação por problemas respiratórios.

Tendo em vista a magnitude desses impactos na saúde pública, é crucial considerar o papel do Ministério da Saúde. Este órgão desempenha uma função fundamental na proteção da saúde da população em situações de crise, como as queimadas na Amazônia. O Ministério da Saúde possui sistemas de monitoramento e vigilância em saúde que permitem rastrear a ocorrência de doenças e agravos relacionados à qualidade do ar durante as queimadas. Além disso, em momentos de crise ambiental, ele coordena ações interinstitucionais, mobilizando recursos e equipes de saúde para atender às necessidades das comunidades afetadas.

Assim, a solicitação de informações ao Ministério da Saúde é uma ferramenta essencial para garantir transparência, responsabilidade e fiscalização. Isso permite que cidadãos, parlamentares e outros interessados acompanhem de perto as



237487763100*
* C D 2 3 7 4 8 7 7 6 3 1 0 0 *
ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/10/2023 12:26:12.280 - MESA

RIC n.2563/2023

decisões, alocação de recursos e resultados alcançados pelo ministério em relação à proteção da saúde da população diante dos desafios das queimadas na Amazônia.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicite as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 19 de outubro de 2023.

Deputado AMOM MANDEL
Cidadania/AM